

Do polegar ao *petscan*: imagens e invenções do *eu*¹

Leandro de Paula Santos²

Resumo

O ensaio comenta a relação entre as técnicas de imageamento do cérebro empregadas pelas neurociências e a ascensão do conceito das bioidentidades no contexto das mídias de massa. Para ilustrar os parâmetros que valoram quem alguém é a partir desta matriz discursiva hoje, é feito um recuo histórico e traçado um pequeno panorama da constituição da individualidade moderna nos séculos XVIII e XIX. Neste processo que coincide com o fortalecimento da cultura humanista, foram também inauguradas ferramentas de reconhecimento identitário baseadas na imagem, aqui pensadas a partir da utilização da fotografia pelos meios de identificação criminal.

Palavras-chave

Imagem; neurociências; bioidentidades; fotografia.

Abstract

The following essay deals with how brain images made popular by late scientific researches have been related to the notion of bio-identity in current media releases. Aiming to present the values used to classify who someone is in this discursive field, the work takes a look into the birth of modern individuality between 18th and 19th centuries. The humanist culture has also engaged image techniques as matters of self-recognition and criminal identification, and medical digital images now become an interesting piece to understand new conceptions of human being.

Keywords

Image; neurosciences; bioidentity; photography.

Introdução

Dentre as transformações técnicas, científicas, políticas e comportamentais que deflagraram o nascimento do período histórico da *modernidade*³ está a notável

¹ Artigo apresentado como trabalho final da disciplina “Corpo, Sujeito e Tecnologias da Comunicação”, ministrado pelas Professoras Dras. Maria Cristina Franco Ferraz e Paula Sibilía no segundo semestre de 2008. Programa de Pós-Graduação em Comunicação | Universidade Federal Fluminense

² Mestre em Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (agosto/2009). E-mail: psleandro@gmail.com

³ Pensa-se a *modernidade* aqui como um momento histórico em que diversas transformações tomam conta do ambiente europeu, incitando o distanciamento dos padrões estéticos da Antiguidade Clássica e da Idade Média. Esse período coincide com a formação dos Estados nacionais e do modo de produção capitalista, bem como com o avanço do ideário iluminista, demarcando um processo longo e heterogêneo

concepção de uma máquina capaz de atribuir à vida social uma até então inédita peculiaridade atômica: a invenção do *eu*. A individualidade, este valor hoje bem definido e merecedor de um vário conjunto de atenções, direitos e encargos, está para a história do sujeito ocidental como desdobramento de uma das mais curiosas façanhas da época moderna.

A natureza de cada indivíduo, sua própria *unidade não divisível*, é um projeto discursivo recente, posto em prática para atender a uma série de necessidades que a emergente vida urbana veio reclamar. Mais além, deriva de um complexo empreendimento teórico que tomou forma na cultura européia do século XVIII e encontrou sua ancoragem, primordialmente, no modelo de sociedade idealizado pelo programa iluminista e no delineamento estético da subjetividade instaurada pelo movimento romântico. Em que pese sua diversa compreensão⁴ sobre esta *soberania do eu*, tanto o Iluminismo como o Romantismo foram responsáveis pela apreciação da realidade social a partir de um papel privilegiado concedido ao indivíduo e à valorização de sua dignidade, intimidade, autonomia e autoaperfeiçoamento.

Trata-se de um momento geográfica e cronologicamente preciso: as duas últimas décadas do século XVIII viram surgir, na França e na Alemanha, movimentos que reelaboravam o que fora até então tido como a ordem natural das coisas e conclamavam os atores sociais a uma nova concepção de mundo. Mas se os filósofos afinados com as Luzes, como Voltaire e Rousseau, acreditavam que era preciso libertar o indivíduo das limitações culturais através de uma extrema racionalização da vida, autores românticos como Schlegel, Herder e Goethe lançavam-se a uma crítica ao modo materialista com que o Iluminismo reduziria este fenômeno de autonomização a uma leitura positivista, afastada de toda metafísica e transcendência.

Com a Revolução Francesa, não só todos os indivíduos tornaram-se de direito – e não de fato – livres, iguais e irmãos (e, além disso, perderam suas aderências subjetivas aos sistemas de clãs, de grupos primários), mas também tiveram de prestar contas a leis transcendentais, leis da subjetividade capitalística. Nessas condições, foi necessário fundar, em outras bases, o sujeito e suas relações: a relação do sujeito com o pensamento (o *cogito* cartesiano), a relação do sujeito com a lei moral (o *numen* kantiano), a relação do sujeito com a natureza (outro sentimento em relação à natureza e outra concepção da natureza), a relação com o outro (a concepção do outro como objeto). É nessa deriva geral dos modos territorializados da subjetividade que se desenvolveram não só as teorias psicológicas referentes

que poderia ser situado entre os séculos XVII e XVIII.

⁴ Se o projeto universalista do Iluminismo adotava a primazia da liberdade pela razão individual, os românticos apontavam para a valorização da *personalidade* do artista na orientação de uma subjetividade socialmente construída. Sobre a oposição entre as concepções iluministas e românticas do conceito de individualidade, ver: LUKES, Steven. *El individualismo*. Barcelona: Península, 1975.

às faculdades da alma, como também uma reescrita permanente dos procedimentos de subjetivação no campo geral das transformações sociais. (GUATTARI & ROLNIK, 1986; 36)

Felix Guattari e Suely Rolnik apontam que a subjetividade maquinada nos primórdios do período moderno é fundadora da própria idéia de *sujeito* tal qual a conhecemos. Ela também criou em torno de si uma esfera que incorporava a *interioridade psicológica* como matriz identitária dos atores sociais e uma espécie de proteção de sua excepcional unicidade frente às demandas de um ambiente cada vez mais atribulado⁵. Esta subjetividade inaugura um novo modo de relação entre os indivíduos, uma vez que os desamarra das formas de localização social que pautaram as interações no mundo feudal e os insere numa lógica em que as identidades se apresentam como prêmio de um custoso trabalho de autoconstrução:

O indivíduo, durante muito tempo, foi autenticado pela referência dos outros e pela manifestação de seu vínculo com outrem (família, lealdade, proteção); posteriormente, passou a ser autenticado pelo discurso de verdade que era capaz de (ou obrigado a) ter sobre si mesmo. A confissão da verdade se inscreveu no cerne dos procedimentos de individualização pelo poder. (FOUCAULT, 1988; 58)

O *homo psychologicus*⁶, este sujeito dotado de uma ilimitada vida interna sobre a qual aprendemos a *discursificar*, é, portanto, produto e produtor de uma gama de dispositivos – éticos, jurídicos, científicos – que vieram a sobrelevar o papel histórico da individualidade. Não por acaso, este processo daria lugar para que, na passagem entre os séculos XIX e XX, a psicanálise provocasse espasmo no mundo ocidental ao ser anunciada como método de investigação dos insondáveis terrenos da alma humana.

Esta “invenção” de um âmbito particularizado da vida social – o *eu* – vinculava-se à rede de transformações que deram forma à experiência moderna. O modo de produção capitalista tomava vulto e, com ele, apresentava a cidade como o novo espaço para o intercâmbio social. O surgimento da *vida privada* enquanto *locus* de significação da própria existência adquire, assim, um status cada vez mais importante nas biopolíticas que visariam à produção “qualificada” e ao constante escrutínio das populações urbanas. (*Ibid*)

Michel Foucault apropriou-se da figura do *Panóptico* para descrever não apenas o regime de visibilidade que começa a tomar forma neste contexto histórico, como

⁵ Sobre a relação entre a vida psicológica e as exigências da ascendente realidade urbana na Modernidade, ver: SIMMEL, Georg. *A Metrópole e a Vida Mental*. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. (pág. 11-25)

⁶ Cf. BEZERRA, Benilton. *O ocaso da interioridade e suas repercussões sobre a clínica*. In: PLASTINO, Carlos Alberto (org.). *Transgressões*. Rio de Janeiro: ContraCapa, 2002

também - e principalmente - sua estreita implicação com o dispositivo de controle que então se constituía. A modernidade traz em seu bojo um complexo empreendimento de poder, que, representado em sua face maior pelo Estado, é irrigado por uma rede de instituições, leis e valores capazes de circunscrever estas imprevisíveis individualidades numa *sociedade disciplinar*.

Foucault mostrou também que os poderes que se configuram a cada época são abastecidos de direção e sentido por *saberes* que lhes dão instrumentabilidade, autenticidade e força de difusão. Não se trata, portanto, de qualquer coincidência histórica o fato de que o século XIX, período no qual os fenômenos até aqui descritos assomam, seja caracterizado por um significativo avanço científico e pelo surgimento de diferentes tecnologias, da telegrafia à lâmpada elétrica, passando pelo telefone. É nessa circunstância que começam a se confundir, num processo que se alastra e se sofisticava nos dias de hoje, as fronteiras entre invenções técnicas e cotidiano do homem comum, a partir do avivamento de determinados tipos de sensibilidade e de seu registro dentre as apostas do mercado da ocasião. Foi nessa perspectiva que a transformação da antiga sociedade feudal numa multidão urbana ordenada pelos caprichos e violências da autonomia contou com o impulso e o aval de um pequeno milagre: o nascimento da fotografia.

A máquina do olhar

Revolução tecnológica intimamente moderna, a ascensão da linguagem fotográfica foi responsável por desencadear a mais ruidosa e fecunda crise da história da arte nos últimos dois séculos. A possibilidade de captura e eternização de uma parcela da realidade veio a redimir toda a tradição representativa que foi mote das investigações estéticas desde o Renascimento e da concepção da perspectiva.

Ainda que hoje nos pareça questionável a natureza puramente mecânica de sua fatura, a fotografia apresentou-se, no contexto da primeira metade do século XIX, como um expediente de reprodução de inédita fidelidade ao referente. Sua exatidão icônica foi capaz de ampliar o volume de imagens que se produziam à época, bem como de embaralhar sua gramática de criação e leitura já que “pela primeira vez, entre o objeto inicial e sua representação nada se *interpunha*, a não ser outro objeto” (BAZIN, 1981).

Abrindo um novo capítulo na história da representação humana, esta eminente propriedade especular e sua conseqüente autoridade factual tornariam possível – e

desejável – que a mensagem fotográfica se tornasse uma tecnologia incorporada por outras formas de discurso além da arte. Os jornais, por exemplo, passam a contar com indícios inquestionáveis dos fatos para os quais encaminham as atenções públicas. A imagem, por sua faculdade de indicição do cotidiano, vai se articulando à palavra na extração da *verdade* sobre a vida nos aglomerados urbanos.

Nesse alargamento de funções e créditos é que a fotografia se transforma numa inequívoca estratégia de responsabilização dos indivíduos perante sua história. O retrato do corpo humano materializa a pretensão moderna de tornar reconhecíveis e responsáveis por suas próprias condutas os sujeitos da engrenagem social: “no drama moderno da identificação policial, a fotografia, por sua capacidade de indexação, precisão icônica e mobilidade de circulação, fornece os meios fundamentais para vincular a identidade a um corpo específico e único”. (GUNNING, 2004; 39)

Tom Gunning propõe um interessante olhar sobre a apropriação da fotografia pelo imaginário da época, seja pelo intermédio da ficção policial ou pelos métodos de identificação real que então se popularizavam. Seguindo sua perspectiva, ali se atrelaram o impacto da nova tecnologia - e seu poder algo fantasmagórico na revelação de corpos *donos de uma alma* - e a consolidação de um suporte de fixação da identidade moderna: a imagem.

Da associação da fotografia com o aparato jurídico nasceria um *dispositivo de identificação*. Ele viria a consolidar um sistema de catalogação dos indivíduos e de sua subordinação ao *imperativo da prova*. As cédulas de identidade são evidentes artefatos deste mapa de classificação, que torna registradas e localizáveis as individualidades e sua situação perante as leis. Juntos, a impressão digital, o retrato do corpo e os arquivos de dados sobre as populações urbanas denotam o nascimento do novo átomo social: o indivíduo.

A fotografia atuou como uma ‘nova marca’, uma marca que inscrevia o corpo do transviado numa individualidade definida socialmente, uma individualidade que se apoiava fundamentalmente em sua diferenciação estrutural ante todos os outros corpos individuais registrados. (...) A individualidade moderna foi moldada como a interseção única de uma série limitada (e portanto reconhecível) de variáveis. (*Ibid*; 54)

Esta “série limitada de variáveis” viria a tomar forma em diferentes métodos de catalogação, como o sistema de identificação fotográfica do estatístico da polícia francesa Alphonse Bertillon. Adotada em diferentes países, sua técnica agregava a antropometria e a comparação meticulosa de imagens do corpo de criminosos a fim de dirimir quaisquer possibilidades de disfarces e álibis. Dessa forma, o fichamento e a

acareação de dados como o comprimento do dedo médio das mãos, o formato das orelhas ou a curvatura da córnea poderiam atribuir a um criminoso a *faticidade* de sua identidade pessoal.

A hierarquia da prova judicial era, então, transformada: o valor antes atribuído ao depoimento da testemunha no processo criminal vai sendo substituído pela cientificização da análise dos indícios. Num mundo de variabilidade e movimento rápido como aquele que o indivíduo moderno desbravava, esses eram os métodos adequados para garantir a *fixação de sua diferença*.

A imagem tornava-se, assim, um recurso-chave na imputação de uma individualidade única e irrevogável, aliada a uma racionalização do corpo que o registrava numa relação de tipos e o sujeitava a uma análise específica:

O corpo tornou-se um tipo de discurso involuntário, uma expressão cujo código está em posse de uma figura de autoridade em vez de ser controlada por seu enunciador. Embora o criminoso possa assumir um nome falso ou procurar camuflar sua identidade mudando a cor do cabelo ou por meio de outros disfarces, o especialista guiado pelo código de Bertillon vê por intermédio dessa linguagem corporal falsa e desvenda uma identidade indelével que reside em uma combinação de elementos corporais. (*Ibid*; 53)

O *ipso facto* digital

É possível que hoje soe razoavelmente insólito que um método como o de Alphonse Bertillon tenha gozado de algum prestígio na fábula da identificação criminal moderna. Toda a sua rudimentar maquinaria de reconhecimento de culpas, contudo, esteve em voga durante parte da segunda metade do século XIX, sendo definitivamente suplantada pela impressão digital apenas no início do século XX.

É possível, também, que pareça artificioso pensar na invenção daquilo que viríamos a chamar de *identidade pessoal* a partir de parâmetros introduzidos pela criminologia. Talvez o período moderno tenha inaugurado ferramentas mais bem cotadas de reconhecimento deste novo espaço, e dentre elas tanto a psicanálise como os estudos antropológicos surgem com destaque no esquadramento das *cartografias do eu*. Contudo, o que interessa ressaltar no movimento empreendido é a singularidade de dois fenômenos: a vinculação da imagem aos meios de afirmação identitária e a instantânea apropriação da nova tecnologia pelas relações de poder que se instalavam junto com a modernidade.

Atendo-se a um inventário de *tipos humanos* a serviço da lei e da ambição de mapeamento e vigilância urbanos, o que os métodos de comparação antropométrica e

imageamento daquela época não ofuscavam, entretanto, era o paralelo surgimento de uma sociedade de *sujeitos falantes*: a imagem ofereceria ali a concretização visual de uma materialidade humana *a priori* opaca, matizada pela experiência social e submetida a uma essência que se constituía através do jogo entre a vida coletiva e o processo de *interiorização psicológica*⁷ do qual todo o “campo psi” é uma patente e um comentário histórico⁸. Este é o painel que deu contornos à cultura humanista cujos valores e crenças foram alimentados no Ocidente durante os últimos dois séculos e que, de acordo com o que veremos, parece caminhar para o seu declínio neste início do século XXI.

Estranhamente, o homem – cujo conhecimento passa, a olhos ingênuos, como a mais velha busca desde Sócrates – não é, sem dúvida, nada mais que uma certa brecha na ordem das coisas, uma configuração, em todo o caso, desenhada pela disposição nova que ele assumiu recentemente no saber. Daí nasceram todas as quimeras dos novos humanismos, todas as facilidades de uma ‘antropologia’, entendida como reflexão geral, meio positiva, meio filosófica, sobre o homem. Contudo é um reconforto e um profundo apaziguamento pensar que o homem não passa de uma invenção recente, uma figura que não tem dois séculos, uma simples dobra de nosso saber, e que desaparecerá desde que este houver encontrado uma forma nova. (FOUCAULT, 1999; 21)

Se não é, pois, um equívoco pressupor o homem uma invenção da modernidade, quais seriam as fissuras em sua consistência ontológica derivadas da ruína de alguns dos mais caros projetos desta modernidade aos quais assistimos hoje, como a traição do sonho iluminista (igualdade, liberdade e fraternidade), a fatalidade ecológica ou a crise das metanarrativas? São várias as evidências a sugerir a derrocada de tal Humanismo, mas interessa aqui debater o horizonte pós-humano tendo por objeto justamente o *império da imagem*.

Em sua edição de 17 de junho de 2008, o caderno *Ciência* do jornal *O Globo* estampava “Biologia da homossexualidade - Cérebro dos gays é similar ao do sexo oposto, revelam imagens inéditas”. O conteúdo não disfarçava sua natureza “genérica”: não assinada, a reportagem poderia ser encontrada em vários outros canais de informação à mesma época⁹. Esta disseminação indicava seu caráter publicitário, como reprodução de um *release* difundido ao redor do mundo, com vistas à divulgação da

⁷ Cf. SIBILIA, Paula. *Os diários íntimos na internet e a crise da interioridade psicológica*. In: LEMOS, André e CUNHA, Paulo (org.). *Olhares sobre a cibercultura*. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2003.

⁸ Cf. BEZERRA, Benilton. *O ocaso da interioridade e suas repercussões sobre a clínica*. In: PLASTINO, Carlos Alberto (org.). *Transgressões*. Rio de Janeiro: ContraCapa, 2002

⁹ Ver, por exemplo, “*Cérebro de homossexuais tem semelhanças com o do sexo oposto, diz estudo*” -

Caderno Folha Ciência, Folha de São Paulo de 16 de junho de 2008. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/ult306u412915.shtml>; ou: “*Symmetry Of Homosexual Brain Resembles That Of Opposite Sex, Swedish Study Finds*” – Seção Science News da revista online

ScienceDaily de 18 de junho de 2008. Disponível em

<http://www.sciencedaily.com/releases/2008/06/080617151845.htm>

pesquisa executada pelo Instituto Karolinska de Estocolmo, Suécia.

O estudo consistiu na observação do comportamento cerebral, através de ressonância magnética, de 90 pessoas, entre heterossexuais e homossexuais, concluindo que “nos homens hetero e nas mulheres homossexuais, o hemisfério direito é maior que o esquerdo. Essa discrepância não ocorre entre os cérebros de homens gays e mulheres hetero, cujos hemisférios seriam mais proporcionais”. A pesquisa analisou ainda o fluxo sanguíneo destinado às amígdalas, chegando à inferência de que “homossexuais masculinos e mulheres hetero apresentam algumas características comuns associadas ao medo e à agressividade”. “Essas observações”, escreveram os cientistas, “nos motivam a realizar pesquisas mais amplas com grupos de estudo maiores e a buscar uma melhor compreensão da neurobiologia da homossexualidade”.

Não obstante certa falta de sutileza, a ilustração é capaz de exprimir uma vocação de nossa época - “a midiaticização obtida pelas neurociências é indubitável e o cérebro se tornou uma personagem da imaginação contemporânea” (EHRENBERG, 2004)¹⁰. Ao mesmo tempo em que parecem não ter uma resposta imediata sobre a que nos leva uma descoberta como esta, os neurocientistas podem se orgulhar da aprovação de seus feitos: apoiada na *imageria cerebral*, a tecnociência contemporânea desfruta de um *lugar de fala* ao qual se devotam interesses comerciais, financiamentos públicos e uma fé que noutros tempos pudemos destinar à luta política ou à redenção religiosa.

O título da reportagem chama atenção para um detalhe específico – o que estipula a diferença entre os cérebros (e, seguindo sua lógica, os comportamentos) dos indivíduos analisados são, novamente, *imagens*. Todavia, assistimos ao advento de um *ethos* no qual o corpo assume status de protagonismo e reclama novos métodos de interpelação e leitura. As atuais tecnologias de esquadrinhamento humano adentram sua antiga materialidade obtusa a partir de instrumentos capazes de decifrar dados algorítmicos, espelhando um processo digitalizado de diganose que se “alia à atual sedução exercida por imagens computadorizadas (*petscans*, tomografias, ressonâncias magnéticas nucleares) que indicariam complexos processos cerebrais”. (FERRAZ, 2008; 4)

Assim, por uma perversa curiosidade histórica, a identidade *psicologizada* do sujeito falante parece estar abrindo espaço à essência de um novo indivíduo para quem, tal como para o criminoso da era moderna, “o corpo tornou-se um tipo de discurso

¹⁰ Tradução de Marianna T. de Oliveira e Monah Winograd. Do original: “la médiatisation des neurosciences est indubitable et le cerveau devient un personnage de l’imagination contemporaine”. (2004; 145)

involuntário, uma expressão cujo código está em posse de uma figura de autoridade em vez de ser controlada por seu enunciador” (GUNNING, 2004; 53). Neste novo regime de visibilidade do corpo, contudo, a *expressão* é binária e sua decodificação não está à mercê de um duvidoso exame analógico: incorporando o feitiço da informatização e da interpretação digital, as tecnologias imagéticas de diagnóstico transformam nossa opacidade material em transparência pictórica, dando forma a um novo paradigma de identidade – *o sujeito cerebral*.

Em sintonia com este cânone ascendente,

o âmago de cada sujeito reside em seu cérebro. Nessa concepção, a estrutura cerebral é equiparada à arquitetura do psiquismo e até mesmo ao conjunto da subjetividade, de modo que a ‘identidade’ de cada indivíduo seria redutível a esse órgão do corpo humano, pois nele se hospedaria a essência do que cada um é. Assim, a partir da evidência de que o cérebro é o suporte orgânico necessário da vida mental, equiparam-se ambas as entidades; e ao constatar que cada sujeito não poderia existir sem seu próprio cérebro, deriva-se a suposição de que somos o nosso cérebro. E que este último poderia conter a totalidade do que cada um é, não apenas condicionando mas também determinando o *self*, enquanto se dispensa tanto o resto do corpo individual e a trajetória existencial como o contato com os outros e com o mundo em geral. (SIBILIA, 2008; 12)

Se Gunning (2004) nos apresenta um quadro de estigmatização no qual o corpo do criminoso se transformava em *corpus delicti* ao ser capturado e classificado pela fotografia, Ehrenberg (2004) questiona a biologização do psiquismo a partir dos avanços da neurociência contemporânea e da popularização não apenas de sua terminologia, mas de todo um *imaginário somático* no âmbito da cultura de massa. Esta aspiração microlocalizacionista agiria de forma a negligenciar as implicações da vida social na construção da idéia do *eu*, substituindo a heterogeneidade dos fatos vividos pela homogeneidade dos dados neurais análogos, revelados num cenário onde a experiência humana converte-se no que é imageticamente diagnosticável. O cérebro, assim, “não pode ser mais considerado somente como um objeto científico e médico, ele foi promovido também a ator social”¹¹.

Ao discutir esta aparição do cérebro como ente autônomo, Ehrenberg relativiza a mera oposição entre *sujeito falante* e *sujeito cerebral*, no resgate do gesto operado por Henri Bergson em fins do século XIX. A ainda controversa compreensão da vida, responsável pela rixa entre as abordagens da “quimera humanista” e do “causalismo tecnocientífico”, encontrou em *Matéria e Memória*, publicado em 1896, argumentos

¹¹ Tradução de Marianna T. de Oliveira e Monah Winograd. Do original: “Cet organe ne peut plus être considéré aujourd’hui seulement comme un objet scientifique et médical, il est aussi promu comme un acteur social” (2004; 133).

segundo os quais, por sua indissociável relação, nem o corpo nem o espírito poderiam ser reduzidos um ao outro.

Bergson desviou-se do embate entre o *Objetivismo Realista* e o *Subjetivismo Idealista* que dominavam as interpretações científicas, culturais e filosóficas de sua época ao lançar mão dos avanços da Física, segundo os quais “as coisas” não eram em si mesmas estáveis, mas fluxos de energia em diferentes vibrações. O autor francês destacava, assim, a implicação entre a percepção humana e a matéria, entre as quais não haveria diferença de natureza, mas de grau. Vista como um conjunto de imagens, a matéria seria uma virtualidade de relações possíveis, cuja ontologia só pode ser compreendida a partir do movimento.

Que haja solidariedade entre o estado de consciência e o cérebro é incontestável. Mas também há solidariedade entre a roupa e o prego onde ela está pendurada, pois se arrancamos o prego, a roupa cai. Dir-se-ia por isso que a forma do prego desenha a forma da roupa ou nos permite de algum modo pressenti-la? Assim, do fato de que o psicológico esteja pendurado em um estado cerebral não se deve concluir ‘paralelismo’ das duas séries, psicológica e fisiológica. (BERGSON, 2006; 5)

Se, obedecendo ao estatuto da veracidade da imagem, o escaneamento do cérebro torna-se mesmo capaz de imputar qualidades tão complexas a um indivíduo quanto sua própria sexualidade (qualidade esta, aliás, a cuja tematização o “campo psi” consagrou grande parte de suas preocupações), é provável que o pacto de solidariedade entre o corpo e o espírito esteja em vias de se afrouxar. Na perspectiva bergsoniana, nossa natureza é constituída ao longo da experiência, tendo por aparelho uma memória que “não está onde a procuram e rastreiam, não diz respeito a um lugar, mas à espessura do tempo vivido” (FERRAZ, 2008; 9), em oposição à emergente cultura somática, para a qual o corpo é o depositário bidimensional da vida.

A cristalização de conceitos como o das *bioidentidades* a partir do discurso das neurociências ou da biogenética contemporâneas tem sido orientada por um sistema legitimador do qual os meios de comunicação tornaram-se porta-vozes. Diariamente, neles se manifesta, por exemplo, a “valorização social do conhecimento do cérebro que se junta à literatura sobre a relação (de casal, pais-filhos, patrão-assalariado etc.) no discurso público sobre as patologias mentais e sobre os bons comportamentos a se adotar na vida cotidiana” (EHRENBERG, 2004)¹². Assim, ao invés de um programa

¹² Tradução de Marianna T. de Oliveira e Monah Winograd. Do original: “On assiste à une nette valorisation sociale de la connaissance du cerveau qui se surajoute à la littérature portant sur la relation (de couple, parents-enfants, patrons-salariés, etc.) dans le discours public sur les pathologies mentales et sur les bons comportements à adopter dans la vie quotidienne”. (2004, 145)

¹¹ Entrevista do artista Eduardo Kac à *Revista do Globo*, do jornal *O Globo*, publicada em 27 de julho de 2008.

disciplinar que tem o Estado e suas instituições por mediadores, neste novo arranjo biopolítico o que se coloca em jogo é a privatização do corpo e de sua ascese fáustica como núcleo da aventura identitária do indivíduo, tendo por instrumento “uma série de dispositivos de prevenção que permitem a cada sujeito administrar os riscos inerentes à sua informação orgânica pessoal a partir do conhecimento de suas próprias tendências, propensões e probabilidades”. (SIBILIA, 2002; 196)

Não pareceria absurdo pensar que a *imageria* em torno deste novo corpo guarda algum parentesco com o célebre “retorno à superfície” a que a pintura abstrata conduziu a História da Arte no limiar do século XX. Como no caminho estético aberto por Paul Cézanne após uma longa tradição figurativa, talvez também nossa matéria tenha passado a suspeitar da *perspectiva* que lhe conferiu tamanha profundidade e senso narrativo no contexto da cultura humanista. Ao mesmo tempo, se é possível admitir hoje que “existe crítica de arte, mas não existe crítica de ciência”¹³, as vanguardas da Modernidade, que tanto fizeram para questionar seus *meios*, podem nos servir de inspiração para uma crítica do corpo como *fim*.



Referências bibliográficas

BAZIN, André. *Ontologie de l'image photographique*. In: *Qu'est-ce que le cinéma?*. Paris: Cerf, 1981.

BERGSON, Henri. *Matéria e Memória*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

EHRENBERG, Alain. *O sujeito cerebral*. Esprit, 309, 2004, p. 130-155.

FERRAZ, Maria Cristina Franco. *Cérebro, memória e esquecimento na era das teclas save/delete*. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho *Comunicação e Cibercultura* do XVII Encontro da Compós, na UNIP, São Paulo (SP) em junho de 2008. Disponível em [http://www.compos.org.br/data/biblioteca_291.pdf]

FOUCAULT, Michel. *A História da Sexualidade I. A vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas*. 8ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GUATTARI, Félix & ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.

GUNNING, Tom. *O Retrato do corpo humano: a fotografia, os detetives e os primórdios do cinema*. In: CHARNEY, Leo & SCHWARZ, Vanessa. *O Cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

LUHMANN, Niklas. *The individuality of the individual: historical meanings and contemporary problems*. In: HELLER, Thomas; SOSNA, Morton e WELLBERY, David. *Reconstructing Individualism: autonomy, individuality and the self in Western thought*. Stanford: Stanford University Press, 1986.

LUKES, Steven. *El individualismo*. Barcelona: Península, 1975.

MARTINS, Hermínio. *Hegel, Texas e outros ensaios de teoria social*. Lisboa: Edições Séclo XXI, 1996 (p. 167-249).

SIBILIA, Paula. *O homem pós-orgânico: Corpo, subjetividade e tecnologias digitais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

SIBILIA, Paula. *Clique aqui para apagar más lembranças: A digitalização do “sujeito cerebral” na busca da felicidade*. In: ORTEGA, Francisco; VIDAL, Fernando (org.). *The Neurosciences in Contemporary Society. Glimpses into an Expanding Universe*, 2008 (no prelo).